

Diário do Legislativo de 17/10/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líderes: Amílcar Martins e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Pastor George

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pinduca Ferreira

8) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Elaine Matozinhos

Vice-Líder: Miguel Martini

10) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira(PPB)

11) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

12) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo Brandão PL Presidente

Deputado Hely Tarquínio PSDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Sargento Rodrigues PDT

Deputado Antônio Genaro PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Miguel Martini PSB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente

Rodrigues

Deputado Ailton Vilela PTB Vice-Presidente

Deputado Alberto PFL
Bejani

Deputado Ambrósio PTB
Pinto

Deputado Pinduca PPB
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite PSB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo Rezende PMDB Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Agostinho Patrús PTB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José Hauelsen	PT	Presidente
Deputado João Paulo	PL	Vice-Presidente
Deputado Anderson Aداuto	PL	
Deputado Agostinho Patrús	PTB	
Deputado Bené Guedes	PDT	

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Durval Ângelo	PT	
Deputado Irani Barbosa	PSD	
Deputado Antônio Andrade	PMDB	
Deputado Ailton Vilela	PTB	
Deputado Marcelo Gonçalves	PDT	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende	PT	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT	Vice-Presidente
Deputado Luiz Tadeu Leite	PMDB	
Deputado Elbe Brandão	PSDB	
Deputado Marcelo Gonçalves	PDT	

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado Doutor Viana	PMDB	
Deputado Antônio Carlos Andrada	PSDB	
Deputado Bené Guedes	PDT	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau	PFL	Presidente
Deputado Antônio Carlos Andrada	PSDB	Vice-Presidente
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado João Pinto Ribeiro	PTB	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PPB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa	PFL	
Deputado Amílcar Martins	PSDB	
Deputado Eduardo Brandão	PL	
Deputado Cristiano Canêdo	PTB	
Deputado Antônio Genaro	PSD	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo	PSB	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Anderson Aduino	PL	
Deputado Rêmolô Aloise	PFL	
Deputado Dilzon Melo	PTB	
Deputado Luiz Fernando Faria	PPB	
Deputado Rogério Correia	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira	PSDB	
Deputado Eduardo Brandão	PL	
Deputado Antônio Andrade	PMDB	

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton PL Presidente

Deputado Fábio Avelar PTB Vice-Presidente

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Miguel Martini PSB

Deputado Maria José Haueisen PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Marco Régis PL

Deputado Anderson Aداuto PL

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Chico Rafael PMDB Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente

Deputado Paulo Pettersen PL Vice-Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Djalma Diniz PSDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinduca Ferreira PPB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

Deputado Mauro Lobo PSB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis PL Presidente

Deputado José Braga PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Elaine Matozinhos PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende PT

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PPB Presidente

Deputado Bené Guedes PDT Vice-Presidente

Deputado Adelino de Carvalho PMN

Deputado João Leite PSB

Deputado Luiz Menezes PPS

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Paulo Pettersen PL

Deputado Mária Olívia PSDB

Deputado Márcio Kangussu PPS

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago PTB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Dinis Pinheiro PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Geraldo Rezende PMDB

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Djalma Diniz PSDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia PSDB Presidente

Deputado Gil Pereira PPB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Pastor George PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Marco Régis PL

Deputado Dinis Pinheiro PL

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 290ª Reunião Ordinária - Solenidade de Entrega das Medalhas Comemorativas dos 500 anos do Rio São Francisco

2.2 - 190ª Reunião Extraordinária

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.112/2001

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Sargento Rodrigues, a vigorar a partir de 17/10/2001, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.096, de 5/9/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 4 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Supervisor de Gabinete I - 8 horas	AL-26
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 10 de outubro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 290ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 4/10/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Ministro José Carlos Carvalho - Palavras do Secretário Paulino Cícero - Palavras do Deputado Wanderley Ávila - Palavras do Prefeito Cairo Manoel de Oliveira - Entrega de medalhas - Palavras do Sr. José Theodomiro de Araujo.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Paulino Cícero, Secretário de Estado do Meio Ambiente, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; José Carlos Carvalho, Ministro interino do Meio Ambiente; Sálvio de Figueiredo Teixeira, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Cairo Manoel de Oliveira, Prefeito de São Roque de Minas; Vereador Valdir Cruvinel, Presidente da Câmara Municipal de São Roque de Minas; Cel. Maurício Antônio dos Santos, Comandante da 2ª Região Militar da Polícia Militar de Minas Gerais; Arthur Lopes Filho, Presidente da FEDERAMINAS, que pleteia para o rio São Francisco a condição de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO; e Deputados Estaduais Wanderley Ávila, autor do requerimento que deu origem a esta reunião; Maria José Haeisen, Maria Olívia, Gil Pereira, José Braga e Márcio Cunha.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença dos Deputados Estaduais à Assembléia do Estado de Pernambuco Diniz Cavalcanti, Geraldo Coelho e Ravelson Ramos; e à Assembléia do Estado de Sergipe Pedro Balbino, Raimundo Vieira e Antônio Francisco.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta interrupção à solenidade de entrega das medalhas comemorativas dos 500 anos do rio São Francisco.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela banda do 12º Batalhão da PMMG, com sede em Passos, sob a regência do Sargento Camargos.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, Paulino Cícero, neste ato representando o nosso Governador Itamar Franco; Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Dr. José Carlos Carvalho, Secretário Executivo do Ministério; Exmo. Sr. Ministro do Tribunal de Justiça, Dr. Sálvio de Figueiredo Teixeira; Exmo. Sr. Prefeito de São Roque de Minas, na pessoa do qual saúdo a todas as autoridades participantes da Mesa; meu caro colega Deputado Wanderley Ávila, na pessoa do qual saúdo todos os Deputados presentes, de Minas Gerais e de outros Estados; Srs. Prefeitos, Vereadores, convidados e familiares dos homenageados, hoje é um dia especial para a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e, espero, para todos os senhores e senhoras aqui presentes. Estamos reunidos para comemorar os 500 anos de descobrimento de um rio que é símbolo da história, da cultura e do desenvolvimento de uma extensa região do território brasileiro.

Da serra da Canastra, neste privilegiado Município de São Roque de Minas, ao ponto em que deságua no oceano Atlântico, na divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas, o rio São Francisco percorre 2.700km, banhando mais de 450 municípios e espalhando sua influência a 25 milhões de brasileiros. Sua bacia hidrográfica, de 640.000km², corresponde a cerca de 7,5% do território nacional.

Foi por abarcar tamanha região e servir a tão grande população, unindo cinco Estados - Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas - e estreitando as relações entre o Sudeste e o Nordeste do País, que ele ficou conhecido como rio da integração nacional. E foi por suas peculiaridades - no campo econômico, em suas alternativas de lazer e turismo, suas histórias e tradições, disseminadas entre aqueles que, de geração em geração, aprenderam a respeitá-lo e amá-lo - que ele passou a ser chamado também pelo carinhoso apelido que todos nós conhecemos: "Velho Chico".

Pois bem, o "Velho Chico", que dá sustento e identidade a tantos milhões de brasileiros, está doente. Castigado pelo desmatamento indiscriminado de suas margens, pela atividade mineradora predatória, pela ausência de uma política ambiental consistente - fatores que contribuem também para minguar seus afluentes -, ele já não é navegável em grande parte de seu curso, já não representa fartura para os pescadores, já não favorece o desenvolvimento de projetos agropecuários, já não garante a sobrevivência de milhares de famílias da população ribeirinha.

Diante de tal situação, o sentido desta solenidade é homenagear as pessoas e instituições que, dentro de sua área de competência, de suas possibilidades, de sua sensibilidade, contribuíram ou têm contribuído para a preservação do rio São Francisco, para a recuperação de sua vitalidade, de seu potencial ecológico, turístico e econômico.

É uma tarefa que cabe a todos: aos poderes públicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal, à iniciativa privada, às organizações não governamentais, às demais instituições da sociedade civil, aos usuários dos recursos hídricos, à população em geral.

Por parte da Assembléia Legislativa, este evento não constitui uma ação isolada na área dos mananciais hídricos. Ele faz parte de um dos projetos mais importantes da Casa neste ano: o movimento Minas em Defesa das Águas. Trata-se de uma campanha promovida em parceria com mais de 70 instituições do setor público e da sociedade civil, destinada a discutir a situação dos recursos hídricos e energéticos e a buscar soluções para a crise de energia em que o País se encontra.

Entre os fatores que contribuem ou podem contribuir para agravar essa situação e que levaram a Assembléia a promover a campanha, destacam-se ações ou projetos como aqueles relativos à privatização de Furnas, à divisão da CEMIG, à transposição das águas do rio São Francisco, à nova política de saneamento, em discussão na Câmara Federal, e à interrupção de investimentos nas empresas estatais dos setores hídrico e energético.

Podemos citar, entre as ações do Movimento Minas em Defesa das Águas, a realização de ciclos de debates; a participação em manifestações públicas; e visitas às regiões do Estado onde se localizam os Comitês de Bacias Hidrográficas, com o objetivo de incentivar o seu pleno funcionamento e fomentar entre as populações locais a participação nos programas voltados para a preservação dos recursos hídricos.

Outra iniciativa importante do citado movimento, que é oportuno lembrar nesta ocasião, é a reestruturação e o revigoramento da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco - CIPE São Francisco.

Esse conjunto de ações, incentivando a discussão dos problemas que afetam as bacias hidrográficas, se fortalece pela mobilização da sociedade em defesa dos recursos hídricos e energéticos, esse imenso patrimônio que, submetido a um modelo de gerenciamento dissociado de suas funções sociais, colocará em risco o desenvolvimento harmônico e sustentável do País.

Nesse contexto, a CIPE São Francisco, da qual participam parlamentares dos cinco Estados banhados pelo rio, muitos dos quais se encontram aqui presentes, assume um papel relevante. Desde 1992, quando foi implantada, a Comissão acumulou um valioso acervo de informações, relacionadas aos principais temas de conflito no uso das águas do rio, como a geração de energia, a irrigação, a pesca, a navegação, a recreação e o turismo.

Inclui-se também nessa relação a polêmica transposição das águas do rio São Francisco para áreas do Nordeste Setentrional, nos Estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Vale lembrar a posição da CIPE sobre o assunto, manifestada em 1994, em um fórum de discussões em Belo Horizonte: não condenamos a transposição em si, mas a forma açodada com que se pretendia implementá-la, sem a devida avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos em toda a extensão da bacia do São Francisco e sem levar em consideração um projeto de revitalização de seus recursos naturais.

A CIPE São Francisco, movimento pioneiro de parlamentares dos cinco Estados banhados pelo rio, nasceu da constatação de que a bacia hidrográfica que compartilham, não obstante suas imensas riquezas naturais, revela uma crescente degradação ambiental, ao lado do empobrecimento sociocultural e econômico das comunidades ribeirinhas.

É notória a persistência das preocupações que deram origem ao movimento. Ano após ano, as condições do rio vêm se agravando, o que se pode notar pelo intenso assoreamento, pelo desaparecimento de vários tributários, pelo desmatamento sem controle e pela deterioração da qualidade das águas.

Coube à CIPE São Francisco a busca de instrumentos legais para a implantação de uma política de desenvolvimento sustentável da bacia do São Francisco, com a implementação de ações de recuperação, de proteção ecológica e de desenvolvimento socioeconômico.

Sua atuação também serviu de modelo para a criação da CIPE Rio Doce, que congrega os Estados de Minas e do Espírito Santo, implementada em 1999 e em plena atividade.

Tais experiências de gestão compartilhada de bacias interestaduais foi levada pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais ao IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas, promovido pela Organização dos Estados Americanos, pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e pela Rede Interamericana de Recursos Hídricos, realizado em Foz do Iguaçu no mês passado.

É importante salientar que esses trabalhos, por sua natureza parlamentar, visam criar condições para a interlocução entre órgãos, instituições governamentais e não governamentais, fundações, entidades privadas e lideranças comunitárias dos Estados que compartilham as bacias hidrográficas, mas não podem substituir as ações do Poder Executivo no planejamento ou implantação de medidas de recuperação ambiental.

Propomos, neste momento histórico, um esforço conjunto pela revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Essa tarefa demanda uma série de ações, como a implantação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, a implementação de programas de recuperação de microbacias e da cobertura vegetal e uma política de gestão dos recursos hídricos que promova a descentralização e a melhor distribuição de responsabilidades.

Dentro desse espírito, tomo a liberdade de fazer um apelo a todas as pessoas e instituições que estão sendo agraciadas nesta solenidade: que recebam a homenagem como justo reconhecimento de sua atuação em prol do rio São Francisco, mas que também a transformem em um renovado compromisso com esta causa tão nobre.

Quero fazer um agradecimento a todos os que aqui compareceram, especialmente ao Prefeito de São Roque de Minas, Cairo Manoel Oliveira, pelo apoio, pelo seu entusiasmo, pela sua dedicação e pelo seu empenho na realização deste evento.

Temos a certeza de que os esforços a serem feitos por cada um de nós contribuirão para rejuvenescer o Velho Chico. O rio, a natureza e as futuras gerações irão agradecer. Muito obrigado.

Palavras do Ministro José Carlos Carvalho

Exmo. Sr. Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na pessoa do qual gostaria de saudar os demais Deputados Estaduais de Minas e de outros Estados que comparecem a esta solenidade e as demais autoridades da Mesa. Ainda gostaria de saudar todas as demais autoridades municipais, as lideranças comunitárias que estão conosco, na pessoa do Prefeito de São Roque de Minas, Cairo Manoel, e também os nossos companheiros do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, que estão nesta solenidade.

Há 500 anos, ao chegar à foz do rio São Francisco, Américo Vespúcio, certamente, não poderia imaginar a importância que o rio tomaria para a construção da nacionalidade brasileira e para a nossa afirmação de Nação soberana, sobretudo em razão da sua importância geopolítica, fazendo a ligação do Sudeste com o Nordeste, mais do Nordeste com o Sudeste e permitindo que aqueles que se engraçavam aos mares pudessem chegar às minas gerais, aproveitando a via desse rio. Desnecessário seria aqui mencionar ou reafirmar a importância desse rio, os seus potenciais e os seus problemas, já sobejamente enumerados no discurso do nosso caríssimo Presidente da Assembléia Legislativa de Minas.

Caberia apenas reiterar os problemas ambientais que encontramos ao longo dos mais de 3.000km do rio, desde São Roque até a foz, no oceano Atlântico. Ao mesmo tempo que serviu como veia importante para a ocupação do território brasileiro, nessa vasta porção do Sudeste e do Nordeste, também fomos, ao longo desses 500 anos, acumulando um passivo ambiental na bacia hidrográfica do São Francisco, um dos mais importantes desafios a ser vencidos para a sua recuperação e a sua revitalização. No início deste terceiro milênio, seguramente, essas questões ganham dimensão política e social maiores do que as outras iniciativas realizadas no passado. Ganham essa dimensão, sobretudo, em razão da mudança de percepção da sociedade brasileira a respeito da importância do seu patrimônio ambiental e da necessidade de protegê-lo, não apenas por razões exclusivas ou meramente ecológicas, mas também por razões econômicas e sociais. Com a devastação ambiental de várias partes do País, que se manifestam de forma inofismável na bacia do São Francisco, seguramente descobrimos - por isso mudamos a nossa percepção - que o desenvolvimento material sem qualidade de vida produz uma prosperidade falsa, que o desenvolvimento que degrada o meio ambiente e que promove a exclusão social não é o desenvolvimento que devemos almejar, como o desenvolvimento conceitualmente necessário para promover a afirmação do Brasil como uma grande nação nos contextos continental e internacional. Daí, a iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso em determinar que o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração Nacional, em conjunto, pudessem oferecer uma proposta de recuperação e revitalização da bacia do rio São Francisco, em contraposição à proposta que até então vinha sendo exaustivamente debatida em relação ao denominado projeto de transposição do rio São Francisco.

Evidente que nenhum brasileiro cômico de suas responsabilidades pode deixar de considerar importante a imperiosa necessidade de aumentar a oferta de água no semi-árido. A maneira de fazê-lo é que tem de estar em sintonia com o que o rio pode oferecer, sobretudo num contexto mais amplo. Que sua recuperação e revitalização se tornem objetivo prioritário de que devem derivar os demais projetos de uso das águas e de uso da bacia!

Há uma infinidade de problemas a serem vencidos. Por isso, ao mesmo tempo que, por decreto, institucionalizou o projeto de recuperação e revitalização da bacia do rio São Francisco, o Presidente também assinou outro decreto, criando o Comitê da Bacia do Rio São Francisco, em fase de implantação, já com a adoção das primeiras iniciativas de mobilização de todos os Estados, de toda a comunidade, para que esse Comitê possa atingir o mais alto grau de representatividade. Com essa iniciativa, na verdade, estamos conferindo efetividade a um dos mais importantes princípios da Lei nº 9.433, que estabelece o sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos. Evidentemente, estando esse comitê instalado e plenamente institucionalizado, todas as iniciativas relacionadas com o projeto de recuperação e revitalização da bacia serão objeto de decisão do Comitê da Bacia, e não exclusivamente das autoridades federais e estaduais momentaneamente envolvidas nessas discussões, até que o Comitê se estabeleça plenamente. É fundamental mencionar a importância do Comitê em relação ao sempre comentado conflito de competências dos diversos entes federativos diante da necessária integração para enfrentar o problema de gestão das bacias hidrográficas. No Comitê, todos os conflitos de competências desaparecem, porque é onde compartilharemos as iniciativas do poder público, nos seus três níveis, com os usuários das águas e com a sociedade civil, fazendo com que o processo decisório da gestão das águas no Brasil signifique a mais plena consolidação do que já havia começado há 20 anos, com a política nacional do meio ambiente, que estabelece como paradigma fundamental a participação da sociedade e de suas lideranças como atores decisivos no processo de tomada de decisão. Com a lei nacional de recursos hídricos e com o Comitê de Bacias Hidrográficas, o Brasil dá um passo extraordinário no que diz respeito ao planejamento territorial, seguramente um dos maiores problemas do planejamento no Brasil. Sempre tivemos a tendência clássica de trabalhar o planejamento setorial sem imaginar o caráter espacial do processo de ocupação e a distribuição do processo de planejamento no âmbito do território. Com o Comitê de Bacias, criamos um instrumento fundamental para que a integração dos três níveis de Governo, como um imperativo da organização federativa do Estado, possa consolidar-se e realizar-se de maneira absolutamente tranquila, para que essas interfaces se ajustem e o conflito se transforme em sinergia. Por isso acreditamos firmemente que essa iniciativa, ao lado do projeto de revitalização, torne-se realmente um ganho de qualidade, não apenas para a gestão da bacia, mas também para a mobilização dos esforços e dos recursos necessários à sua recuperação.

Estamos seguros no Ministério do Meio Ambiente, em razão da articulação com todos os Estados, particularmente com o Estado de Minas Gerais, na pessoa do Secretário Paulino Cicero, com quem as equipes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Integração Nacional vêm acertando as possibilidades e os arranjos necessários àquelas iniciativas a serem desenvolvidas no Estado de Minas, bem como outras que iremos desenvolver nos demais Estados da bacia do São Francisco, nos cinco citados pelo Presidente da Assembléia Legislativa que o rio corta no sentido do Nordeste, além do Distrito Federal e de Goiás que também têm pequenas parcelas dos seus territórios localizados na bacia hidrográfica.

Estamos convencidos de que esse trabalho de articulação mencionado pelo Presidente Antônio Júlio é vital para o sucesso de qualquer iniciativa de recuperação de uma bacia hidrográfica, não apenas a integração dentro da esfera do poder público, mas também a integração do poder público com a iniciativa privada e com as entidades da sociedade civil.

Estamos falando de um projeto que não pode ser, em nenhum momento, entendido como um projeto federal, porque não estamos falando de um território federal, mas de um projeto regional voltado para a recuperação da bacia do rio São Francisco. Como disse Guimarães Rosa, "no grande sertão só tem um rio, é o rio São Francisco, o Chico", como dizia ele. "O resto é veredas e pequenos ribeirão." Essa é a importância do São Francisco para aqueles que, vivendo na suas margens e na sua bacia, não foram apenas usuários das suas águas, mas atores da sua história. Estamos absolutamente convencidos de que esse trabalho de mobilização a ser empreendido - cujo marco poderíamos considerar como esta reunião - produzirá aquilo que todos desejamos em relação à recuperação do São Francisco.

Para assinalarmos esse compromisso, estamos em articulação com o Palácio do Planalto, mediante orientação do Presidente da República. E, provavelmente, na próxima semana ou nas seguintes, ocorrerá a visita do Presidente da República à nascente do rio São Francisco, para assinalar não apenas o seu compromisso político com essas propostas que estamos mencionando, mas para lançar as primeiras iniciativas concretas do projeto de revitalização que se encontra em curso no âmbito do Governo Federal e no comitê gestor do projeto.

Costumo dizer que, além das questões técnicas, políticas e administrativas, aqueles que se reúnem em torno da causa ambiental o fazem também porque têm esperança. E gostaria de dizer aqui, em São Roque, na nascente do rio São Francisco, que as nossas esperanças são como as águas desse rio. Correm lentas, aceleram nas corredeiras, por vezes param no remanso, mas nunca voltam para trás. Vamos trabalhar desse jeito, como as águas. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Secretário Paulino Cícero

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Antônio Júlio; Srs. Deputados; excelentíssimas autoridades que compõem esta Mesa e que se assentam no Plenário; Srs. Prefeitos Municipais; senhoras e senhores; o rio São Francisco tem duas margens. É claro que todo rio o tem, por isso o tema São Francisco sugere dois enfoques diferenciados. O primeiro é exatamente a questão econômica, voltada para a sua revitalização e recuperação e para que ele possa voltar a oferecer aos olhos e ao uso dos brasileiros e da humanidade aquela beleza selvagem do dia 4/10/1501.

O outro, naturalmente, não é um aspecto econômico, mas cultural. Hoje, na reunião da manhã, S. Exa. o Governador do Estado teve oportunidade de abordar esses dois ângulos da "questão são-franciscana". E ficamos de fazer agora esse pequeno resumo do que se tentou fazer em Minas Gerais para a recuperação da bacia hidrográfica do rio São Francisco, notadamente dos seus componentes maiores, que são os municípios, os distritos, as vilas e os povoados.

S. Exa., em Brasília, pronunciou-se favoravelmente à transposição das águas para o semi-árido nordestino, e o que ele disse é que Minas não queria ter uma visão egoísta das águas do São Francisco, como se apenas nós, mineiros, pudéssemos dela desfrutar. Em compensação, queríamos participar desse grande debate a que alude com muita propriedade o Secretário Executivo e hoje Ministro José Carlos Carvalho, que é exatamente a discussão de como trabalharmos articuladamente todos os entes públicos, federais, estaduais e municipais, para que possamos cumprir, junto com as organizações não governamentais e com a sociedade como um todo, essa tarefa hercúlea de recuperar o rio São Francisco.

Assim chegando a Belo Horizonte, o Governador, por decreto, criou uma comissão, chefiada pelo Secretário do Planejamento, que teve a seu cargo a tarefa de levantar todas as demandas para a plena recuperação do rio São Francisco, ou seja, as matas de topo, as matas ciliares, as matas de encosta, a questão dos microbarramentos para impedir a contaminação dos corpos de água, a recomposição da fauna ictiológica. E isso, na verdade, é quase uma religião praticada hoje pelos homens do Projeto Manuelzão, em cuja frente está o meu prezado amigo Dr. Apolo Heringer Lisboa, a quem saúdo.

Esse estudo foi realizado para que se pudesse também implantar uma política adequada de plena disposição dos resíduos sólidos, dos efluentes sanitários e de toda a sorte de comprometimento do corpo d'água. Isso foi orçado e significa que todos os municípios que integram a bacia hidrográfica do São Francisco têm já devidamente medido, avaliado e convenientemente analisado do ponto de vista financeiro o seu custo de implementação. O total desses gastos é da ordem de R\$1.392.000.000,00. É uma cifra expressiva, mas perfeitamente compatível com o horizonte de aplicação, que caminha de 15 para 20 anos.

Outra questão importante da bacia do rio São Francisco - a qual foi objeto de algumas indagações informais que me fizeram ao longo de nossa visita a São Roque de Minas - é a do gás. O Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Minas e Energia e da COMIG, em convênio com a Universidade de Ouro Preto e a Universidade de Karlsruhe, na Alemanha, está aplicando recursos para fazer toda uma reinterpretação de dados sísmicos e estratigráficos da bacia, para ver se se confirmam as expectativas de um grande geólogo brasileiro, Prêmio East Vegue de Minas Gerais em 1999, homem que dirigiu a Diretoria de Exploração da PETROBRAS e que fez com que ela caminhasse para a plataforma continental, Dr. Carlos Walter Marinho Campos. Ele acha que, sendo uma bacia proterozóica, com mais ou menos 600 milhões de anos, muito semelhante às bacias da Sibéria e do mar da China, com profunda identidade geológica em termos de deposição sedimentar, pode ser também um oceano de gás, como lá. Se assim for, mudaremos a história dessas barrancas, e quero ver o meu Presidente da Assembléia Legislativa, autêntico barranqueiro de Pará de Minas, curtir, com felicidade, essa nova era que virá com a disponibilidade energética do gás para atender a nosso Estado.

Além desse aspecto econômico, há também o aspecto cultural. Eu não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem lembrar que o rio São Francisco, através da sua bacia hidrográfica e de sua cultura, legou extraordinário patrimônio a Minas, ao País e - por que não dizer? - à própria humanidade. Trata-se, como todos sabem, de uma das áreas mais estudadas do Brasil. Curiosamente, uma área que ficou enfeixada entre o maciço do Bambuí e os contrafortes do Espinhaço foi uma das áreas que mais mereceram e convocaram a atenção de estudiosos da sociologia, da medicina e de pesquisadores de toda natureza a entender esse vale em sua gigantesca singularidade. O trabalho que realizamos com a CPRM catalogou mais de 1.500 testemunhos de estudos e pesquisas realizados ao longo da bacia hidrográfica do São Francisco, tanto no território de Minas quanto nos territórios de nosso Pernambuco - saiu daqui o nosso querido Deputado da família Coelho -, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia, que formam os Estados são-franciscanos.

Além desses estudos todos, que, entre tantos, incluem aquele que o nosso Governador citou - o estudo realizado por William Halfeld no século passado -, tenho o estudo de (...) sobre a bacia do rio das Velhas à disposição de todos em meu gabinete. Aliás, quero dizer que temos ali um "data-room", uma sala de dados sobre o São Francisco, que está à disposição de tantos quantos queiram pesquisar sobre ele.

Existem alguns nomes que devem ser lembrados nesta hora. Foi aqui, no São Francisco, que veio um dinamarquês no século passado: Peter Wilhelm Lund, o Dr. Lund. Ao fazer estudos espeleológicos em nossas cavernas, ele identificou o que chamou de "Homo americanus", que representa um elo notável no estudo da evolução do homem na face da terra. Fiquei muito feliz quando cheguei ao Museu Real de Copenhague e ali encontrei, na primeira parte dos testemunhos sobre o Dr. Lund, um trabalho da Secretaria da Educação de Minas Gerais, subscrito por mim quando Secretário, falando do grande trabalho que ele havia realizado. Ele descobriu e catalogou 12 mil peças do homem primeiro em nossas áreas.

Quero lembrar também o nome de outra pessoa a quem muito deve a medicina brasileira e universal: o Dr. Carlos Chagas. Mesmo não sendo oriundo desse vale, foi aqui, no Município de Lassance, que desenvolveu suas pesquisas para descobrir todo o ciclo evolutivo da doença de Chagas, que representa um gigantesco déficit para uma parte enorme da geografia universal. E, para não citar mais ninguém, apenas gostaria de citar aquele que, aparentemente tendo linguagem e literatura voltadas para o terreno típico local, na verdade é o mais universal de nossos escritores: Guimarães Rosa. Quando vejo o Projeto Manuelzão, que foi retirado de um de seus personagens, percebo que atrás daquela aparente intimidade com o local, com o típico e com o próprio da terra, alça vôo para atingir as raíais da universalidade.

Estou falando em nome do Governador Itamar Franco e cumprimento a Assembléia por esta feliz e oportuna iniciativa, desejando que cada um de nós que seremos condecorados com essa comenda possa ostentá-la orgulhosamente no peito, como testemunho de um compromisso de lutar para fazer, ao contrário do que deseja o nosso Secretário Executivo do Ministério, o rio "voltar para trás" e ser o que era no dia 4/10/1501. Obrigado.

Palavras do Deputado Wanderley Ávila

Cumprimentamos a Mesa aqui composta, na pessoa do nosso estimado e querido Presidente, Deputado Antônio Júlio, pessoa admirada, querida e respeitada por todos os seus pares como exemplo de homem digno, probo, responsável e exemplar chefe de família. Também abraçamos todos os que se encontram aqui neste ambiente, onde podemos falar à vontade, na pessoa de nossos queridos Deputados Diniz Cavalcanti, Geraldo Coelho, Ramilson Ramos, Antônio Francisco, Pedro Balbini e Raimundo Vieira. Há 11 anos estamos juntos nessa batalha, na CIPE São Francisco. Hoje pela manhã, quando o Governador Itamar Franco solicitou ao Secretário Paulino Cícero que falasse alguma coisa, o Secretário justificou-se dizendo que havia sido apanhado de surpresa e que, se soubesse disso, ter-se-ia preparado. Sabíamos que, depois de sua fala, iríamos falar, uma vez que é de nossa autoria o projeto de criação da medalha de comemoração dos 500 anos e o projeto que reconhece o São Francisco como patrimônio paisagístico e turístico no Estado de Minas Gerais.

Depois do Secretário Paulino Cícero, tivemos o Ministro interino, nosso Secretário Executivo José Carlos Carvalho, o Deputado Antônio Júlio e o Paulino Cícero falando novamente. São as dificuldades. E o Leônidas, Prefeito de Pirapora, já me ouviu dizer isso. Duas dificuldades - e eu disse para o Paulino - pelas quais um homem passa e enfrenta na sua vida. Fazer um discurso depois de ouvir esses brilhantes oradores é muito difícil, tão difícil quanto um homem beijar uma mulher correndo. Mas o José Carlos disse que aquele que luta pela causa do meio ambiente sempre deve ter esperança. Esperança é o que não falta para nós, barranqueiros. E como bom barranqueiro do rio das Velhas, cheio de orgulho, não fugimos da raia. Da margem esquerda, encontram-se presentes o Prefeito Bil, da minha querida Várzea da Palma, o Tovinho, Prefeito de Lassance, e o Cristóvão Vita Filho, Prefeito de Carlos Chagas. Na margem direita, encontram-se a minha Pirapora e a minha Buritizeiro.

Conseguimos o que queríamos. Primeiro, a medalha do reconhecimento paisagístico, uma homenagem àquele que tanta dádiva nos dá, nos proporciona. Com certeza, a essência do projeto de lei era fazer com essa lei se tornasse uma cunha, ainda que pequena, não para travar a transposição do rio, mas para pelo menos chamar a atenção para que dialogássemos mais. Graças a Deus isso foi colocado em segundo plano.

Segundo - seguindo a orientação daquele barranqueiro apaixonado, como nós, o Presidente da FEDERAMINAS, Arthur Lopes Filho, que se encontra presente -, num trabalho maior, de vulto, buscamos o reconhecimento do rio São Francisco como patrimônio histórico, cultural e artístico da humanidade. É uma pequena contribuição da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Antes de ser um projeto do Deputado Wanderley Ávila, é um projeto da Assembléia, que reputamos da mais alta importância, assim como o outro projeto, para que seja rio de preservação permanente.

A criação da medalha, pegando um gancho nas palavras do Ministro José Carlos, é colocar na letra fria de uma lei o amor do barranqueiro, daquele apaixonado pela causa do meio ambiente. É saber que naquelas palavras frias estão o desejo, a vontade, o coração de um Pepé Paraguaçu; a alma, o coração de um conterrâneo, de um amigo que briga pelo Projeto Manuelzão, que é o Apolo, e o coração de todos os barranqueiros e daqueles que habitam a bacia do rio São Francisco.

Para encerrar, estávamos em campanha política lá na minha querida Diamantina, e, depois de um discurso bonito do Paulo Célio de Almeida, que tinha sido Vice-Prefeito, meu colega de ginásio, médico, profissional exemplar, passaram a palavra para o Prefeito Dr. João Antunes, Prefeito de quatro mandatos, já com os seus oitenta e poucos anos e também na disputa. O Dr. João disse o seguinte: "Meu querido garoto, Paulo Célio, se for eleito, vou fazer tudo o que você falou".

Com relação àquelas reivindicações que iríamos fazer, quanto às quais V. Exa. já se posicionou, assim como o nosso Governador Itamar Franco, a nossa esperança, Ministro José Carlos, com certeza absoluta, nesta semente plantada ou hoje irrigada, é que possamos ser como um rio, ou seja, tão logo nasce, já leva um baita tombo na cachoeira de Casca d'Anta, mas não esmorece; vai banhando as veredas, chegando em Três Marias, na minha Pirapora e vai lá para baixo. Que sejamos como o rio São Francisco. Que cada um de nós, como ele, aprenda a contornar os obstáculos e, com certeza, Pepé Paraguaçu, alcançaremos o nosso objetivo. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Prefeito Cairo Manoel de Oliveira

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Antônio Júlio, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes desta Mesa; nobres colegas Prefeitos, Srs. Deputados e Vereadores de Pernambuco e Sergipe, senhoras e senhores, para nós de São Roque de Minas, este é um momento de singular importância. Quis o Criador que fôssemos os habitantes, os primeiros responsáveis pela salvaguarda do rio São Francisco. Aqui nas nossas terras, na serra da Canastra, nasce a razão deste nosso encontro. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, num gesto muito feliz, decidiu homenagear personalidades, empresas e entidades comprometidas com a recuperação e com a revitalização do rio São Francisco.

Na nossa visão como primeiros conterrâneos do São Francisco, acreditamos que, se não fossem tomadas essas medidas neste momento, ele não teria mais 15 anos de vida. A situação é crítica, caótica. Felizmente, homens cômicos se reúnem para comemorar esta data singular, esta data histórica, os 500 anos de convívio com o rio São Francisco. Quero fazer um apelo aos 43 companheiros Prefeitos ribeirinhos do São Francisco, para que dediquem uma parcela maior do seu tempo e recursos à preservação e recuperação do nosso rio. Como Prefeito, sei quais são nossas dificuldades, ou seja, uma escassez muito grande de recursos e uma demanda muito grande, mas é preciso priorizar essa causa, que simboliza hoje, a nosso ver, o maior desafio da nossa geração.

Em São Roque, temos o berço do São Francisco. Cuidamos do São Francisco com muito carinho e amor. Somos orgulhosos disso. Ele nasce em São Roque e, enquanto percorre nosso território - margem direita e margem esquerda estão em São Roque -, não sofre nenhum tipo de agressão. O IBAMA luta na defesa do São Francisco, da sua nascente, da serra da Canastra. A Polícia Florestal do Estado de Minas Gerais não tem medido esforços na sua preservação. A nossa Prefeitura de São Roque tem se empenhado muito nesse trabalho. No exato momento em que sai do seu berço, em que sai do Município de São Roque, o rio sofre sua primeira agressão: recebe um rolo de esgoto sanitário sem nenhum tratamento. Isso acontece no Município de Vargem Bonita, não porque o Prefeito Lélis Jorge Silva, nosso particular amigo, não tenha responsabilidade com relação a isso. Essa situação foi herdada, mas, a partir do momento em que assumiu a Prefeitura de Vargem Bonita, tem se esforçado, de maneira sobrenatural, para impedir que essa agressão aconteça. Depois, as águas do São Francisco vão banhar as terras de Piumhi, Teresópolis, vão descendo por Minas Gerais. Faço um apelo a todos os Prefeitos, aos Prefeitos barranqueiros, para que demonstrem seu amor pelo rio São Francisco, que trabalhem em sua defesa. Espero que daqui a 500 anos, quando nos encontrarmos novamente para comemorar os próximos 500 anos, a situação seja outra. Espero que os historiadores do futuro, quando se debruçarem sobre os livros de história, não encontrem registrada a passagem de uma geração que não teve responsabilidade com a degradação do rio São Francisco. Em São Roque de Minas, como montanhese, estaremos acompanhando o trabalho de todos os Prefeitos barranqueiros e de todo o Estado de Minas Gerais. É preciso registrar, mais uma vez, o empenho do IBAMA, por meio do Ministério do Meio Ambiente, na preservação do rio São Francisco. Quando falamos em serra da Canastra, normalmente associamos a ela somente o rio São Francisco, mas, ali em cima, além desse rio, que corre em direção ao Norte e ao Nordeste do Brasil, nasce um outro vizinho de berço, mais ou menos a 6km em direção oeste. Ali nasce outro grande rio brasileiro, que corre em direção ao Sul do País, que é o rio Araguari. É por isso que nós, em São Roque de Minas, falamos com muito orgulho que a unidade do Brasil nasce aqui. Que Deus nos abençoe.

Entrega de Medalhas

O Sr. Locutor (José Soares Júnior) - Senhoras e senhores, damos início, neste momento, à entrega da medalha comemorativa dos 500 anos do rio São Francisco, criada pela Lei nº 13.928, de 4/7/2001, em caráter excepcional. A medalha do rio São Francisco destina-se a galardoar as pessoas físicas ou jurídicas que contribuíram ou estejam contribuindo para a preservação da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Antecedendo à entrega das medalhas e simbolizando o sentimento de respeito com que são recebidos todos os agraciados, ouviremos, neste instante, o toque da vitória, executado pelos clarins do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes.

- Procede-se à execução de clarins e à entrega das medalhas aos agraciados, cuja relação foi publicada na edição de 29/9/2001.

Palavras do Sr. José Theodomiro de Araújo

Exmo. Sr. Deputado Antônio Júlio, DD. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Exmo. Sr. Cairo Manoel de Oliveira, DD. Prefeito da cidade de São Roque de Minas; Exmo. Sr. Deputado Wanderley Ávila, DD. representante do São Francisco na Assembléia Legislativa; demais membros da Mesa, meus senhores e minhas senhoras, talvez o adiantado da hora e a premência dos votos que têm que se dirigir a Belo Horizonte não nos permitam fazer a locução que desejávamos, trazendo algumas reflexões fundamentais sobre a bacia do São Francisco. De qualquer sorte, o momento nos remete àquele longínquo 4/10/1501, quando, retificando a história no que se refere a Américo Vespúcio, o Sr. André Gonçalves comandava a frota que fazia o reconhecimento da costa brasileira, desde o cabo de São Roque, e chegou à foz do São Francisco.

Daqueles tempos para cá, é bom fazer uma reflexão bastante profunda sobre o que fizemos nestes cinco séculos de andança do São Francisco e de sua gente. Começaríamos por tratar das lágrimas de Iati, que, chorando copiosamente a saudade do seu noivo na serra da Canastra, formou a cachoeira de Casca d'Anta, cujas águas seguiram os passos dos guerreiros que se dirigiam para a grande guerra. E eram tantos os guerreiros que afundaram os solos de Minas, permitindo que as lágrimas de Iati formassem o São Francisco. Por isso, até hoje se diz: corre um rio de lágrimas.

E não seria outra a expressão senão aquela do primeiro missionário, que, ao chegar ao alto do rio São Francisco e, do alto de uma colina, vislumbrar extasiado o vale, disse: "Que sermão imenso é, por si só, toda esta terra!". Exatamente esse sermão da natureza, durante estes cinco séculos, reboou de barranca em barranca e não foi escutado por sua gente. É o sermão da natureza a gritar o comportamento que deveríamos ter para com ela, e hoje vemos uma omissão tão grande e criminoso em relação ao grande vale. Não somos capazes de aproveitar o momento em que ele mostra suas entranhas para retirar todos os obstáculos de seu leito.

Hoje, não deveríamos estar festejando o seu aniversário, pois estamos mais para uma missa de réquiem. O São Francisco está a merecer uma atenção mais firme de suas autoridades e de sua gente, porque a Nação brasileira tem usufruído desse grande manancial sem retribuir sequer com uma migalha para sua perenidade e para o benefício de sua gente.

Essas reflexões nos remetem a um processo atávico, desde os tempos da colonização, quando nossos historiadores, fazedores de heróis, apontaram o Sr. Garcia d'Ávila como um grande desbravador, quando, na realidade, a figura do fidalgo português trouxe para cá o seu gado, na caravela galga da ilha da Madeira, espalhando currais desde a praia do Forte, em Salvador, até as nascentes do rio Paraíba. Foi, na realidade, o primeiro grileiro e genocida do São Francisco.

A outra metade foi entregue pela Coroa portuguesa ao Sr. Antônio Guedes de Brito, cujas possessões estendiam-se desde o morro do Chapéu, na Bahia, até as nascentes do rio das Velhas, próximas a Nova Lima e Belo Horizonte.

O São Francisco foi assim dividido, antes de ser ocupado, antes de ser colonizado. E houve fidalgos portugueses. Era a época do império do padroado régio, quando a Santa Sé, abdicando de algumas das suas atribuições, passou aos Reis a definição de algumas propriedades terrenas do Vaticano. Aí, também se aproveitou a Coroa para, por meio da catequese, fazer o que os jesuítas chamaram corretamente de "reduções", que nada mais eram que reduzir as terras dos índios a um espaço menor, para que sobrassem sertões para ocupação dos colonizadores. Nasceu, assim, o São Francisco, com uma administração já totalmente distorcida com a exclusão de sua gente.

Quando o Ministro Paulino Cícero se referiu à presença dos estudiosos, isso se deu nas duas extremidades do São Francisco, que foi colonizado pelas nascentes e, depois, no caminho de passagem para as minas de Goiás dos faiscadores e buscadores de pedras preciosas de São Paulo, os quais atravessavam as suas nascentes.

Na realidade, o que ocorreu foi a presença de um bolsão de pobreza do Médio São Francisco, que se estende de Pirapora até quase a foz desse rio, a ponto de uma carta régia ter proibido aquele povo de ter contato com civilizações litorâneas. O São Francisco passou, então, quase dois séculos fechado em si mesmo. Daí a grande vantagem: se, por um lado, atrasamo-nos em um século no desenvolvimento, perante as outras regiões do País, por outro lado, essa convivência intestina, essa convivência interna gerou uma sociedade própria da região. Somos pessoas com suas próprias idiossincrasias, com seus medos e lendas próprios, que têm esse acendrado amor e essa ligação estreita com seu rio.

Mas precisamos mostrar esta face lúdica; precisamos mudar esta história do Velho Chico, esta história da poesia, de refletir em noites de luas belíssimas um caminho de prata; precisamos mudar isso para uma execução mais séria e mais convincente. O Presidente da República acaba de criar um comitê para a revitalização do São Francisco, através de um decreto em que não há nenhuma garantia de que tenhamos, seqüencialmente, todos os anos, os recursos necessários para a sua revitalização.

Precisamos, sim, e estamos buscando uma pressão popular da bacia do São Francisco. E olhem, senhores: temos um poder político, um poder de barganha, e, se os Prefeitos do vale do São Francisco chegassem a tomar conhecimento dele, estaríamos em outra situação. O Brasil tem 5.507 municípios, e o vale do São Francisco conta com 504, quase 10% da municipalidade brasileira. Isso é um peso político fortíssimo. Os Srs. Prefeitos precisam tomar conhecimento da força de que dispõem para impor a sua vontade diante do Poder Executivo e transmitir à sociedade a necessidade de todos mudarmos o nosso comportamento com referência ao vale do São Francisco.

Este instante é de agradecimentos. Não sabemos se devemos chorar ou sorrir, se ficamos alegres ou tristes, porque não sabemos realmente se vamos ter uma recuperação do São Francisco, em face da deterioração em que se encontra. Precisamos acabar com o planejamento setorial que aí está, pois não há uma coordenação única para o São Francisco: o setor elétrico planeja de costas para o setor de irrigação; o setor de irrigação fica de costas para o setor de navegação. No entanto, todos visam ao mesmo objetivo.

Chegamos a um estado de degradação tal, que, hoje, não podemos satisfazer as próprias necessidades da bacia, se não pensarmos na interligação com outras bacias brasileiras. Talvez estejamos criando um problema a ser estudado com muita seriedade, que seria a mistura de águas do Tocantins, do Paranaíba com o rio Grande, substâncias totalmente diferentes, com biotas totalmente diferentes, que trarão impactos ambientais que requerem muito cuidado.

Honrado com a escolha, quero agradecer esta comenda e, neste instante, faço-o em nome de todos, de tantos briosos Prefeitos que aqui estão e que se preocupam com o São Francisco; em nome dos Deputados de minha terra, Pernambuco; em nome de minha terra, Sergipe, onde fui honrado com o título de cidadão sergipano; em nome de minha terra, Bahia, onde também recebi o honroso título de cidadão baiano, graças ao trabalho que desenvolvo ao longo do São Francisco; em nome desta plêiade valorosa e de tantos outros amigos, entre os quais cito individualmente José Mayrink Pereira, Maria Queirós e Regina, já que não tenho como enumerar tantos outros de 286 municípios que conheço no vale do São Francisco. Dos 504, já coloquei o solado dos meus pés, com muita honra, em 286 municípios desse grande vale, que estudo desde os 15 anos de idade, vale que é a paixão, a lenda e a história da minha vida.

Quero agradecer à Assembléia Legislativa por marcar os 500 anos do São Francisco. Que esta comenda esteja pesando sempre em nossos ombros, esteja esquentando o nosso coração, para que sejamos revitalizados e possamos aproveitar nossas forças e nossas inteligências em benefício da revitalização do São Francisco. Muito obrigado, em nome de todos os agraciados neste momento.

ATA DA 190ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 10/10/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.262/2000; renovação da votação do projeto; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; renovação da votação do projeto; aprovação; declarações de voto - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.160/2000; aprovação com as Emendas nºs 1 a 4 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.305/2000; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.550/2001; requerimento do Deputado Miguel Martini; deferimento; votação do projeto, salvo emenda e destaque; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.683/2001; discursos dos Deputados Rogério Correia, Chico Rafael, Irani Barbosa, Alberto Bejani e Dalmo Ribeiro Silva; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; questão de ordem; leitura e votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação; questão de ordem; leitura e votação das Emendas nºs 3 e 4; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 321/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.300/2000; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adeldo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Anderson Aduato - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Proseguimento da votação do Projeto de Lei nº 1.262/2000, do Deputado Chico Rafael, que altera o art. 8º da Lei nº 11.396, de 6/1/94, com a redação dada pelo art. 31 da Lei nº 12.708, de 1997, introduzindo um representante da Assembléia Legislativa no grupo coordenador do Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais - FUNDESE -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Turismo e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado João Leite - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - A Presidência vai fazer a segunda votação. Em votação.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 27 Deputados. Não há quórum para a votação, a Presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Álvaro Antônio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 46 Deputados. Há quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.262/2000, do Deputado Chico Rafael. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Turismo.

Declarações de Voto

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, queremos declarar que votamos contrariamente ao projeto, porque acreditamos que a participação de Deputados nesses conselhos não tem redundado em benefício para a sociedade, além de ter a possibilidade única de gerar desgaste para o Poder Legislativo. Em segundo lugar, a função do Poder Legislativo é fiscalizar, e não decidir em conselho. Isso cabe ao Poder Executivo. Devemos estar fora desses conselhos para cumprir o nosso papel de fiscalizar.

Estamos apresentando, por exemplo, requerimento em relação ao FUNDESE. Queremos saber quanto existe hoje no FUNDESE, nesse Fundo que foi batizado de GERAMINAS. Qual é o montante? Em segundo lugar, saber quanto desse montante tem sido aplicado nas microempresas e nas pequenas empresas, que foi a destinação para a qual ele foi criado, ou seja, estimular e apoiar as microempresas e as pequenas empresas, gerar novos postos de trabalhos e também aquecer a economia.

Queremos que haja a identificação dos beneficiários do Fundo; quantos foram beneficiados? Quem? E, ainda, o detalhamento dos empreendimentos assumidos pelo Fundo. As informações que temos são catastróficas. Os recursos desse Fundo são as contribuições das microempresas e das pequenas empresas que optam por aderir a ele, e temos informações de que esses recursos estão sendo desviados para o caixa único do Estado, para o Tesouro.

Além disso, o Estado não está prestando as devidas informações às microempresas e às pequenas empresas, que têm o direito a ser beneficiadas com esse Fundo para uma série de atividades, como qualificação profissional, capacitação, compra de equipamentos e uma série de benefícios, até mesmo para capital de giro da empresa.

Essas informações é o que a Assembléia tem de ter. É esse acompanhamento que nós, parlamentares, precisamos fazer, e não participar dos conselhos.

Essas reuniões dos conselhos não ocorrem, e, quando ocorrem, o Deputado não pode nada porque, naquele montante, naquela quantidade de pessoas que compõem esse Fundo, o voto do parlamentar é quase insignificante. E isso é quando o Deputado vai, porque, de modo geral, os avisos para as reuniões são feitos em cima da hora, quando o Deputado já tem outra agenda e não pode comparecer.

Então, Sr. Presidente, gostaríamos de pedir a V. Exa., neste momento, que o requerimento que apresentaremos tivesse agilidade para podermos obter essas informações. Segunda questão, temos vários requerimentos que foram protocolados. De dez, apenas dois foram votados, e sobre esses dois nenhuma informação chegou a este parlamentar. Os oito requerimentos estão ainda sem parecer da Mesa. Essa foi a última informação que obtivemos. Então, votamos hoje esse projeto em 1º turno. Espero que seja dada agilidade ao requerimento que apresentarei, para que, ao votarmos esse projeto em 2º turno, tenhamos as informações. Do contrário, teremos que convocar o Secretário da Fazenda, o Presidente do BDMG, para que eles esclareçam isso para a sociedade. Esse é um problema grave em prejuízo da sociedade. Acho que esse é o papel do Poder Legislativo, não é fazer parte dos conselhos, mas sim, exigir que os conselhos funcionem, que tenhamos as informações e que possamos fazer esse Executivo trabalhar e funcionar, coisa que ele não faz.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, inicialmente, como autor desse projeto que acaba de ser aprovado pelos ilustres colegas Deputados, gostaríamos, em nome dos pequenos empresários e dos microempresários do Estado de Minas Gerais, de externar os nossos agradecimentos pela aprovação desse projeto que tem por finalidade incluir, no Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa - FUNDESE -, um membro do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais. Em que pese aos argumentos apresentados pelo colega que acaba de usar o microfone, o projeto foi apresentado dentro de uma sistemática que é praxe na Casa, ou seja, vários colegas Deputados participam de outros conselhos. Se porventura a Assembléia mudar essa sistemática, se porventura a Assembléia adotar outro mecanismo, é natural que também estaremos junto com a Casa. Mas, neste momento, a sistemática é essa, o nosso objetivo é que Assembléia Legislativa esteja presente junto ao Conselho de Administração do FUNDESE, que cuida dos recursos arrecadados das microempresas e das pequenas empresas para financiar o projeto GERAMINAS. Estamos discutindo essa questão desde o início de nosso mandato. Por diversas vezes nos levantamos e discutimos essa matéria nesta Casa e nas comissões pertinentes, preocupados com o tratamento dado à microempresa e à pequena empresa no Estado de Minas Gerais. Entendemos que o segmento que hoje reúne quase 300 mil microempresas e pequenas empresas, que gera hoje 1 milhão de postos de trabalho, precisa ter a atenção da Assembléia Legislativa. Por isso, o nosso projeto, a nossa idéia de termos nesse conselho um membro do Poder Legislativo para que ele acompanhe o mais próximo possível o desenrolar, a aplicação dos recursos do FUNDESE, para que ele, realmente, atinja seu objetivo, qual seja o de financiar, o de fomentar o desenvolvimento da pequena empresa e da microempresa. Acredito que a Assembléia Legislativa deu um grande passo para colocarmos nesse conselho um colega Deputado, para que, realmente, acompanhe o que está acontecendo com o FUNDESE. Realmente, as informações que nos chegam nem sempre são esclarecedoras, embora, de algum tempo para cá, tenho sentido que o grupo gestor do FUNDESE junto ao BDMG tem procurado aplicar esses recursos, haja vista as muitas incursões desse grupo do BDMG no interior do Estado, explicando como funciona o GERAMINAS, explicando como as microempresas e as pequenas empresas conseguem levantar recursos desse Fundo.

De modo que, se não era dos melhores, hoje, também, não é dos piores. A inclusão de um membro do Poder Legislativo nesse grupo gestor do FUNDESE irá contribuir para que a Assembléia, o povo de Minas e a microempresa, em particular, consigam ter acesso cada vez maior a esses recursos do FUNDESE GERAMINAS.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontra-se na pauta de votação o Projeto de Lei nº 1.683, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Gostaria de fazer um apelo aos colegas parlamentares para que permaneçam no Plenário nesta manhã, a fim de votarmos esse projeto, que vem dinamizar e dar condições ao Poder Judiciário de Minas Gerais de esvaziar o estoque de processos que aguarda julgamento nas prateleiras do fórum, do Tribunal de Alçada e do Tribunal de Justiça. Por isso, é importante que os colegas parlamentares permaneçam no Plenário para que esse projeto seja votado, e possamos dar condições de trabalho ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, votamos contrariamente ao projeto, apesar de reconhecermos a intenção do seu autor, Deputado Chico Rafael, em colocar um representante da Assembléia Legislativa no grupo coordenador do FUNDESE.

Tenho procurado discutir essa questão e gostaria que os Deputados estivessem atentos a essa situação que estamos vivendo. Temos a presença de diversos Deputados em diversos conselhos no Estado de Minas Gerais, que tratam até de questões financeiras. Um desses conselhos, que tem a participação de um representante da Assembléia Legislativa, está sendo argüido por causa da utilização de recursos.

Parece-me, Sr. Presidente, que um equívoco vem sendo cometido pela Assembléia Legislativa. Nós, da Assembléia, precisamos ter uma distância desses conselhos, especialmente desses grupos coordenadores que tratam justamente da implementação de projetos e programas. Seria salutar para a Assembléia Legislativa e para os seus Deputados manter distância desses conselhos.

Tive oportunidade de participar de um conselho e participei de outro. Algumas reuniões de conselho coincidem com o horário das reuniões da Assembléia Legislativa. E, muitas vezes, os Deputados são tachados de omissos e ausentes. Lembro-me, especialmente, do conselho de que participei, porque a reunião ocorria às 14 horas das quarta-feiras. E as pessoas que compunham o conselho queriam a minha presença nessas reuniões. Como abandonar a reunião do Plenário da Assembléia Legislativa para estar presente numa reunião de conselho? A Assembléia Legislativa tem de discutir essa questão.

Sei que a intenção do Deputado Chico Rafael é boa, sei que é interessante um acompanhamento mais de perto da execução de planos e aplicação dos recursos, mas, creio, os Deputados têm de se distanciar desses conselhos. Precisamos lutar pelo fortalecimento do Poder Legislativo, para que tenhamos, efetivamente, força para requisitar documentos e prestações de contas e ser atendidos. Por isso, Sr. Presidente, votei contrariamente.

Quero também falar sobre algo que o Deputado Chico Rafael disse em sua declaração de voto. O Deputado chamou a atenção dos colegas para que estivéssemos presentes em Plenário e votássemos um dos projetos importantes.

Neste momento, o painel registra que estão sendo realizadas várias reuniões de comissões. Vejo até que está faltando ali o registro da Comissão Especial que trata do esporte e que deve estar se deslocando para uma visita ao Mineirão. Algumas CPIs também funcionarão fora da Assembléia.

Então, creio que todos devemos ter cuidado para não dizer que o Deputado está ausente do Plenário da Assembléia. Várias comissões já estão funcionando a partir das 9h30min, e outras funcionarão a partir das 10 horas. Temos que fazer essa opção: ficaremos em Plenário ou nas comissões? Não sei onde será realizada hoje a reunião da CPI das Carvoarias, mas seguramente ela não se realizará em Belo Horizonte porque não temos carvoarias aqui. Por isso, sei que vários Deputados já devem ter se deslocado para o interior para essa reunião. Também a CPI que trata do preço do leite deverá ir a Curvelo ou a outra cidade da região. Assim, muitos Deputados estão em comissões. Esse é um outro problema que temos que discutir. Ao mesmo tempo que temos que votar no Plenário da Assembléia, temos uma pauta recheada de projetos importantes e várias comissões funcionando, algumas delas fora da Assembléia. Os Deputados são requisitados e precisam comparecer no interior do Estado, que mais se parece com um país, para o trabalho nas comissões. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de dizer que votei pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.262/2000. Entendo que a presença da Assembléia Legislativa no FUNDESE certamente trará benefícios, porque poderemos fazer o acompanhamento sistemático da aplicação dos recursos desse Fundo. Aproveito a oportunidade para registrar que sou membro do Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN. Como representante da Assembléia, designado por este Poder, tenho dado a contribuição necessária; por isso entendo que esse projeto é muito importante. Reafirmamos nosso voto por sua aprovação. Obrigado.

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.160/2000, do Deputado Edson Rezende, que estabelece requisitos para a criação, a autorização de funcionamento, o acompanhamento, a avaliação e o reconhecimento dos cursos de níveis médio, pós-médio e superior na área da saúde, das instituições de educação integrantes do Sistema Estadual de Educação e adota outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.160/2000 com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão de Educação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.305/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que estabelece a proibição de implantação de aterro sanitário em áreas próximas de residências, cursos hídricos e mananciais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela rejeição da Emenda nº 1. A Emenda nº 1 foi retirada pelo autor. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.305/2000 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.550/2001, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini solicitando a votação destacada da Emenda nº 2. A Presidência defere o requerimento, em conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emenda e destaque. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.550/2001 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.683/2001, do Tribunal de Justiça do Estado, que cria cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, esse projeto recebeu quatro emendas, sendo que as de nºs 3 e 4 são da Bancada do PT. Esses cargos e a estrutura a ser criada para o Tribunal de Justiça têm o nosso apoio, pois visam dar condições ao Tribunal para trabalhar conforme alteração que já tínhamos feito em outro projeto de lei que reestruturou os cargos no Tribunal de Justiça.

Nossa discordância com o projeto refere-se a como fazer essas mudanças e reestruturações. Essa proposta cria uma série de cargos de recrutamento amplo no Tribunal, como por exemplo, 96 cargos de Assessor Judiciário III, três cargos de Diretor de Secretaria de Câmara, três de Escrevente Substituto, 16 de Auxiliar Judiciário e 16 de Assistente Especializado.

Isso significará um gasto desnecessário e que não é pequeno para os cofres do Estado. Esses cargos não têm, necessariamente, de ser de recrutamento amplo.

Os 96 cargos de Assessor Judiciário III têm a função técnica de auxiliar o Juiz nas decisões que ele próprio tem de tomar. Não há, portanto, a menor necessidade de que sejam cargos

de recrutamento amplo, ou seja, de confiança.

Alegaram, em defesa da idéia, que nós, Deputados, temos cargos de recrutamento amplo em nossos gabinetes e que, assim sendo, o Tribunal de Justiça também teria de tê-los. Mas é bom levar em conta a função de cada um, para verificar a diferença entre os casos.

Para analisar processos, o funcionário tem de ser técnico e não é imprescindível que ocupe cargo de confiança. Na Assembléia, por exemplo, assessores, funcionários concursados, fazem estudos de projetos de lei e nos subsidiam nos pareceres. Não pertencem aos nossos gabinetes, mas à estrutura da Casa. São todos funcionários efetivos. É correto que a análise técnica seja feita por funcionários de recrutamento restrito, concursados, que trabalhem à luz da legislação.

Diante disso, temos tranqüilidade para afirmar que membros do Tribunal de Justiça devem ocupar os cargos cuja função é realizar estudos para o órgão, e não, para este ou aquele Juiz. A criação de cargo de confiança para realizar essa tarefa, além de significar um gasto a mais para o Estado, não se justifica.

A emenda do PT prevê que, caso necessário, sejam criados cargos de recrutamento limitado e que eles sejam ocupados mediante concurso público; caso não seja necessário, que se aproveitem os funcionários do Tribunal de Justiça que podem fazer o trabalho. Essa é a primeira emenda, que recebeu da Comissão de Administração Pública parecer pela rejeição.

Estou encaminhando favoravelmente a votação da Emenda nº 3, pelos motivos que já expus. Transformar em cargos de recrutamento limitado os que se pretende sejam de recrutamento amplo resolveria, sem gastos adicionais, o problema da estrutura do Tribunal de Justiça e, do ponto de vista técnico, satisfaria aos Juizes nos pareceres e nas conclusões de seus trabalhos.

A segunda emenda prevê que os cargos que venham a ser ocupados no Tribunal de Justiça não sejam "exercidos por cônjuges, parentes em linha reta ou colateral, consangüíneos ou afins até o terceiro grau de qualquer membro do Poder ou servidor em comissão de cargo de direção da 2ª Instância". Propõe, portanto, o combate à prática do nepotismo, que tem ocorrido no sistema judiciário. E isso não é novo. O Ministério Público já proibiu, por portaria e decreto, a contratação de parentes. No caso em pauta, é mais que justa a emenda, por causa das inúmeras denúncias de contratações de parentes em cargos de recrutamento amplo.

Mesmo sendo derrotada a Emenda nº 3, a Emenda nº 4 prevaleceria, porque ficaria proibida a contratação de parentes. Deveremos votar para que o Tribunal de Justiça, a exemplo do Ministério Público, não pratique nepotismo.

Também nós temos de discutir essa questão. Nos gabinetes dos parlamentares, de maneira geral, há projetos e emendas dessa natureza. O Senador Roberto Freire, por exemplo, apresentou emenda a esse respeito no Congresso Nacional, que deve ter guarida nesta Casa. Aproveitando o ensejo da apresentação da emenda, podemos já iniciar esse tipo de discussão.

São duas emendas importantes, porque dão sinal de moralização ao Tribunal de Justiça, que sai ganhando, tanto do ponto de vista técnico quanto por sinalizar, para a sociedade, maior transparência no Poder. Temos feito essa discussão em todos os órgãos do Estado, e o Poder Judiciário não pode ficar de fora. Encaminho pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4, da Bancada do PT, que receberam parecer pela rejeição. E encaminho também pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, que receberam parecer pela aprovação na Comissão de Administração Pública, e pela aprovação do projeto, com as quatro emendas que acabei de detalhar.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Chico Rafael.

O Deputado Chico Rafael - Recentemente, aprovamos o Projeto de Lei Complementar nº 17, que tramitou durante quase um ano na Assembléia Legislativa. Realizaram-se diversas audiências no interior do Estado, ouvindo-se a magistratura mineira, os serventuários da justiça, os advogados e a população com relação ao Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Constatamos grande volume de processos que aguardam julgamento nas instâncias inferiores do Poder Judiciário.

O Tribunal de Justiça não se opôs à criação de varas e comarcas. Inúmeras foram as varas e comarcas criadas através de emendas.

O Tribunal de Justiça enviou à Casa proposta para aumento do número de Desembargadores de 44 para 60. Por isso, entendemos a necessidade de se adequar a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais à nova legislação aprovada com o Projeto de Lei Complementar nº 17. Daí a necessidade de aprovarmos o projeto encaminhado pelo Tribunal de Justiça, para que a população seja realmente atendida pelo Poder Judiciário. Infelizmente, não é essa a realidade hoje, diante do grande número de processos que tramitam no Poder Judiciário.

Com relação às Emendas nºs 3 e 4, que tratam do recrutamento restrito e do nepotismo, em que pese ao sentido grandioso das emendas, não podem ser fixadas apenas para o Poder Judiciário. Se tivermos de fazê-lo, terá de ser com relação ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo, ao Ministério Público e ao Poder Executivo. O Poder Judiciário não pode ser bode expiatório dessa bandeira. Crucificar o Poder Judiciário, limitando suas contratações de funcionários, não é a melhor alternativa. Por isso, encaminho pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.683 com as Emendas nºs 1 e 2, rejeitando-se as Emendas nºs 3 e 4.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, a cada dia aprendemos mais nesta Casa. Fico impressionado com a interpretação que cada Deputado tem dos Poderes e do que acontece aqui. Um projeto que cria cargos única e exclusivamente para a classe superior da justiça de Minas Gerais, que consome pelo menos 50% do orçamento do Judiciário. Isso não vai melhorar em absolutamente nada a vida de Juizes e das segundas entrâncias que existem em todo o Estado de Minas Gerais. Vai melhorar só para a cúpula. Aquela pirâmide vai continuar crescendo e acabar como o World Trade Center, ou seja, cresce demais e, uma hora, qualquer coisinha joga no chão. É muito importante assistirmos a isso nesta Casa, principalmente no momento em que V. Exa. apresenta um substitutivo ao projeto de lei do Governador, transformando-o em anistia para beneficiar exatamente o mau mineiro, aquele que sonega, aquele que já sabe que pode atrasar, porque volta e meia vem alguém para presenteá-lo. Da mesma forma como presenteiam os bandidos soltos em Minas Gerais; da mesma forma como a parte má da justiça é beneficiada; da mesma forma como estamos tendo os maiores obstáculos para a CPI para investigar o Ministério Público e o Judiciário de Ribeirão das Neves, já protocolada aqui, para que não ande.

Sr. Presidente, se seguirmos com Minas Gerais desse jeito, realmente vai ser muito difícil desembaraçar aqueles que têm rabo preso para que façamos uma Minas Gerais mais justa, mais progressista e mais trabalhadora. Assim, a impunidade e o poder da sacanagem, ganhando do homem sério neste País, vão continuar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, observando esse projeto que diz respeito ao Tribunal de Justiça, nós, desta Casa, temos de ter, como toda Minas Gerais, o equilíbrio para votar aquilo que é interessante para que o Tribunal possa caminhar. Sabemos das dificuldades que existem no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, se espalhando pelos fóruns de todo o nosso Estado. Sabemos também que é humanamente impossível o Tribunal de Justiça combater a criminalidade quando não existe um suporte adequado para fazê-lo.

Interferir num Poder de maneira impensada e, acima de tudo, leviana não é o ideal para este Plenário, para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Particularmente, tenho grande respeito pelo Tribunal de Justiça, pelos homens que lá trabalham. A maioria dos municípios que conhecemos são sustentados pelas Prefeituras, que, muitas vezes, são obrigadas a colocar gasolina nos carros dos fóruns para que possam executar o seu trabalho. Se isso não acontece, ficam de braços cruzados, não têm absolutamente nada, nem papel para trabalhar.

Deixo aqui, de público, o meu apoio total ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que trabalha com homens sérios, que desenvolvem um trabalho que é de justiça. E a justiça, está na Constituição Federal, na Constituição Estadual, deve e tem que ser seguida para que não cometamos nenhuma injustiça em nossa vida. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Gostaria de encaminhar favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.683. Vejo, neste momento, que esta Assembléia poderá resgatar o que o Tribunal solicita, que é a reestruturação da máquina judiciária.

Sabemos perfeitamente que a tutela jurisdicional é o meio para que a justiça seja distribuída de forma legal e constitucional. O projeto de lei ora apresentado vem buscar desta Casa a reestruturação e a efetiva criação dos quadros funcionais de seus servidores. Com 853 municípios, temos mais de 500 comarcas em todo o Estado e conhecemos de perto as dificuldades para o andamento das marchas processuais, com processos que ficam à espera de solução por anos e anos. Assim, acredito que a criação de cargos visa a resgatar, acima de tudo, o bom andamento dos trabalhos. E é somente assim, por meio dessas emendas e do parecer já fundamentado do relator, que poderemos devolver ao Tribunal a sua legitimidade e identidade na prestação jurisdicional do Estado de Minas Gerais.

Votei favoravelmente ao acompanhamento, como tenho a certeza de que votaremos em breve, no 2º turno, tendo, conseqüentemente, a sanção do Governador.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Verificação de votação, Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 37 Deputados, não houve voto contrário houve 1 voto em branco, totalizando 38 Deputados. Com a Presidência, são 39 Deputados. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei nº 1.683/2001, salvo emendas.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Solicito a leitura das Emendas nºs 1 e 2, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura das Emendas nºs 1 e 2.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Lê:)

- As Emendas nºs 1 e 2, lidas pelos Sr. Secretário, foram publicadas na edição do dia 21/9/2001.

O Sr. Presidente - Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a leitura das Emendas nºs 3 e 4.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura das Emendas nºs 3 e 4.

O Sr. Secretário - (- Lê:)

- As Emendas nºs 3 e 4, lidas pelos Sr. Secretário, foram publicadas na edição do dia 5/10/2001.

O Sr. Presidente - Em votação, as Emendas nºs 3 e 4. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas.

O Deputado Rogério Correia - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 7 Deputados, votaram "não" 30 Deputados, totalizando 37 Deputados, há nas comissões 6 Deputados, totalizando 44 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição das Emendas nºs 3 e 4. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.683/2001 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 321/99, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Rita do Sapucaí. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 321/99 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.300/2000, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza a reversão do imóvel que menciona ao Município de Ibirité. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.300/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, vou solicitar à Mesa os votos que foram dados a esses projetos de hoje, para enviarmos a nossos companheiros. Alguns até nos visitam hoje. Queremos saber como ficou o voto de cada um.

Por falar em voto, gostaria de retribuir ao companheiro Bejani. Se ele tiver um voto aqui, em Belo Horizonte, será o meu. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, falei no encaminhamento do projeto e gostaria de ressaltar novamente que estamos formando uma caravana em Ribeirão das Neves, com mais de 2 mil pessoas, para vir a esta Casa e solicitar a V. Exa. que pratique o direito legal de fiscalizar.

Queremos a fiscalização do Judiciário, do Ministério Público de Ribeirão das Neves, lastreados pela corrupção e pela conivência do Tribunal de Justiça com a corrupção em Ribeirão das Neves, pelo tráfico de drogas praticado por parentes e pelo próprio Juiz, com o auxílio dos Promotores dessa cidade. E esta Casa, a cada dia, fazendo mais vista grossa. Será que é o medo da justiça aqui dentro que não quer a justiça lá fora? Este poder tem o dever de fiscalizar.

Está protocolado nesta Casa um pedido de comissão parlamentar de inquérito para fiscalizar os abusos do Ministério Público neste Estado inteiro e a corrupção, que é pública, haja vista os casos dos caça-níqueis, haja vista o processo por crime de responsabilidade que consta nesta Casa amoitado contra o ex-Procurador Castellar. Esta Casa faz vista grossa. Doravante, trarei a este microfone e a toda a população de Minas o que não pode vir a público, porque a Assembléia de Minas Gerais parece que tem medo de alguma coisa. A Assembléia apóia a anistia, enquanto o cidadão honrado e honesto deste Estado paga com todas as dificuldades para se manter de pé. E o errado, neste Estado, tem valor.

Vou trazer aqui a população de Ribeirão das Neves, pelo menos 2 mil pessoas. Vamos solicitar a V. Exa. que cumpra a obrigação desta Casa, e não o que vem fazendo, que é a subserviência, a servidão a outros Poderes e interesses nocivos a Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Genaro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero reforçar as palavras do Deputado Irani Barbosa. Sabemos que há muita gente honesta no Ministério Público, muita gente que trabalha com ética. Mas, em se tratando de Brasil, o Ministério Público não pode se comportar como se fosse santo, como se não tivesse mácula alguma. Se um Juiz é corrupto, se Promotores são corruptos, eles não são melhores do que nós. Quando há alguma coisa nesta Casa, eles vêm como urubus na carniça, principalmente para conseguir promoções, para aparecer na imprensa e para ridicularizar esta Casa. Se somos vulneráveis à fiscalização do Ministério Público, eles também são passíveis de ser vigiados por nós, os parlamentares.

Esta Casa realmente precisa exercer sua função. Estou absolutamente a favor e farei tudo que estiver ao meu alcance para que a corrupção, até mesmo no Ministério Público, seja investigada e banida. Espero que os Deputados desta Casa também tenham essa atitude. Toda vez que se fala de pecados do Ministério Público, o Deputado Durval Ângelo entra como se fosse o Shazam, com capa e tudo: Shazam. Deputado, V. Exa. é do PT. V. Exa. apóia a corrupção também?

O Deputado Durval Ângelo - Já dizia Nelson Rodrigues que a unanimidade é burra. Então, não queremos que prevaleça em lugar algum a unanimidade nas opiniões ou nos votos. Nesta Casa, elemento fundamental construtor da democracia, a liberdade de opiniões tem que estar presente. Primeiro, acho que não podemos aceitar nenhum tipo de generalização em relação a Deputados ou ao Poder Legislativo. Discordo de algumas generalizações feitas pela imprensa e acho que há diferenças que precisam ser destacadas. Da mesma forma, não podemos ter a mesma opinião a respeito do Ministério Público.

A informação de que apareço como um super-herói em defesa do Ministério Público também não confere. Estive na tribuna denunciando dois Promotores - de Guanhães e de Andradas. Se descobirmos outras irregularidades, faremos a mesma denúncia. Mas acho que uma das grandes conquistas da Constituição de 1988 foi a ampliação de competências do Ministério Público. E estamos vendo acontecer os acertos em nível da política nacional e da ação dos Promotores. Hoje, infelizmente, em vez de um Procurador-Geral da República, temos um "engavetador-geral da República". Mas, na época de Aristides Junqueira, que é mineiro de São João del-Rei, vimos que o Ministério Público exerceu um papel fundamental. Esperamos que isso seja recuperado.

Mas, em nível estadual, temos que nos orgulhar dos Promotores de Justiça que temos em Minas, dos Procuradores e especialmente - adiantando, para não ter que dizer isso depois - dos de Ribeirão das Neves. Ali, temos realmente exemplos de probidade, de seriedade, de cumprimento da lei, de dedicação aos mais pobres e de atendimento ao povo. Acho que isso tem que ser lembrado. Especialmente em Ribeirão das Neves, entendo que temos uma boa atuação judiciária do Ministério Público.

O Deputado Irani Barbosa - É uma questão de interpretação. "Dize-me com quem andas e dir-te-ei quem és." Sr. Presidente, fiz uma pergunta ao Presidente do Tribunal de Justiça e gostaria que esta Casa tivesse conhecimento disso. Contra a Assembléia, contra o Executivo, existe o Ministério Público e a justiça. E contra a justiça? A quem devemos recorrer? Devemos recorrer ao Papa, ao bin Laden, ao Bush? Quem resolve nosso problema? Ou será que a cachorrada de lá é resolvida dentro do próprio meio?

Agora, Deputado Durval Ângelo, já sabemos com quem V. Exa. anda e o que ocorre com o PT de Neves. V. Exa. sabe que ele está atolado até no talo.

O Deputado Durval Ângelo - Deputado Irani Barbosa, uma crítica de V. Exa. ao PT torna-se um elogio. Continue criticando, porque acho que as pessoas vão continuar percebendo que ocorre o inverso do que V. Exa. está dizendo.

O Deputado Irani Barbosa - Gostaria de dizer que V. Exa. tem o rabo preso em Contagem. Eu nunca tive rabo preso em lugar algum. Obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 19ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às quatorze horas e trinta minutos do dia três de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bené Guedes, Luiz Menezes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bené Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Hélio Machado, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Eduardo Souza Batista, Assessor de Relações Trabalhistas da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração; Maria Cristina Lages de S. Henriques, Superintendente de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Secretaria de Recursos Humanos e Administração; Mirian Souza Pinto de Alvarenga, Presidente da Associação dos Servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária - ASSIMA -; Célio Gomes Florini, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, que irão debater a paralisação dos servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - e os seus desdobramentos. O Presidente convida os expositores a tomar assento à mesa e, em seguida, transfere a Presidência ao Deputado Bené Guedes para que possa apresentar requerimento em que solicita seja ouvido também na reunião o Sr. Sebastião Soares, Diretor da União Nacional dos Servidores Públicos - UNSP. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que suscitou a reunião tece suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos expositores. Na fase de debates, o Presidente transfere o local de realização da reunião para o Plenário da Assembléia e registra a presença dos Deputados Adélmo Carneiro Leão e João Leite e dos Srs. Hélio Junqueira e Altino Rodrigues, Diretores do IMA. Participam dos debates os expositores, os deputados e o público presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Bené Guedes - João Leite.

Às nove horas e trinta minutos do dia quatro de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marco Régis, Adelmo Carneiro Leão e Hely Tarquínio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marco Régis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente procede à leitura da seguinte correspondência: ofício do Superintendente de Vigilância Sanitária, convidando para a 1ª Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, que será realizada em Brasília, de 26 a 30/11/2001, com vistas a definir uma política nacional para o setor; ofício do Ministério da Saúde, encaminhando circular contendo os resultados do levantamento dos dados colhidos pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS. A seguir, o Presidente distribui ao Deputado José Braga os Projetos de Lei nºs 1.721 e 1.724/2001, ao Deputado Adelmo Carneiro Leão o Projeto de Lei nº 1.720/2001 e à Deputada Elaine Matozinhos o Projeto de Lei nº 1.700/2001. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 1.425/2001, no 1º turno, ao Deputado Hely Tarquínio que, estando em condições de emitir o seu parecer, fá-lo concluindo pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 1.528/2001, no 1º turno, ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que, estando em condições de emitir o seu parecer, fá-lo concluindo pela aprovação da matéria, na forma proposta. O Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 1.573/2001, no 1º turno, ao Deputado Deputado Adelmo Carneiro Leão, que emite seu parecer concluindo pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 1.575/2001, no 1º turno, ao Deputado Hely Tarquínio, que emite seu parecer, concluindo pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1, apresentada. O Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 1.137/2000, no 2º turno, ao Deputado Hely Tarquínio, que emite seu parecer, concluindo pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 3 ao vencido no 1º turno. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são esses pareceres aprovados. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.649/2001 com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Elaine Matozinhos) e o Projeto de Lei nº 1.655/2001 (relator: Deputado José Braga). A seguir, a Presidência submete a discussão e votação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.473/2001, do Deputado Márcio Cunha, o qual é aprovado na forma proposta. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o problema da anemia falciforme no Estado, com os convidados que menciona; o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento da Deputada Elaine Matozinhos, em que solicita audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 943/2000, que dispõe sobre as diretrizes para a política de saneamento básico em regiões metropolitanas e traz em seu bojo a grande questão de se saber quem será o poder concedente e a quem competirá a regulamentação do serviço; o Deputado Hely Tarquínio apresenta requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrade em que solicita seja encaminhado pela Comissão, em regime de urgência, ofício ao Secretário da Saúde comunicando a ocorrência na cidade de Serranos, nos últimos dias, de dez casos de hepatite, motivo pelo qual a população e as autoridades locais se acham apreensivas, temendo que o alastramento da doença possa trazer conseqüências funestas para o município; o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento do Deputado Edson Rezende, em que solicita visita à FUNED, para verificar a sua capacidade produtiva e, em virtude de notícias recentes, verificar a possibilidade de existência de medicamentos supostamente ameaçados de prescrição do prazo de validade e estocados no almoxarifado da mencionada fundação; o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento em que solicita audiência pública conjunta com as Comissões de Saúde, do Trabalho e de Direitos Humanos, para discutirem a situação dos trabalhadores da Mina de Morro Velho portadores de silicose, bem como as providências que poderão ser tomadas em sua defesa; o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento em que solicita sejam convocados os Secretários da Saúde e do Planejamento para prestarem contas de sua gestão, conforme os preceitos da legislação federal, no prazo de 15 dias. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são esses requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2001.

Marco Régis, Presidente - José Braga - Elaine Matozinhos.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da cpi do preço do leite

Às dez horas e quinze minutos do dia quatro de outubro de dois mil e um, comparecem no Auditório do Colégio Pitágoras, em Almenara, os Deputados João Batista de Oliveira, Paulo Piau, Cristiano Canêdo, Márcio Kangussu e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Encontram-se presentes também os Deputados Fábio Avelar e Luiz Tadeu Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente convida para compor a mesa dos trabalhos os Srs. Manoel Francisco Alves Silva, Prefeito de Almenara; Amadeus Campos Brito, Presidente da Câmara Municipal de Almenara; José Virgínio Gil de Freitas, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Almenara; e Acácio Romeu Figueiredo, Gerente de Barreiras Sanitárias da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB, representando o Presidente desse órgão, José Alberto da Silva Lira. O Presidente registra a presença dos Srs. Avânio César Fialho de Carvalho e Virgínia Caetano Corrêa, funcionários do escritório do IMA, em Almenara. A seguir faz a leitura de ofício do Deputado Federal Romeu Queiroz. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Márcio Kangussu apresenta dois requerimentos em que solicita sejam pedidas à Cooperativa de Produtores de Leite do Baixo Jequitinhonha e à Transleite Santa Hedwiges Ltda. - Derivados de Leite Renon as informações que menciona, relativas à comercialização do leite e seus derivados. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Presidente passa a palavra ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Almenara, que, como anfitriões, dão as boas-vindas aos presentes. A seguir, esclarece que foi instalado um serviço de "Disque Denúncia", através do número 0800 31 08 88, para receber qualquer informação pertinente à Comissão. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. José Virgínio Gil de Freitas, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Almenara; Nei Soares Ferra, Presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Jequitinhonha; Caio Jadsom Alves de Figueiredo, Presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite do Baixo Jequitinhonha; Iraci Dias de Lacerda, Presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Almenara; Paulo Roberto Correia dos Santos, Gerente da Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S.A.; Osmário Monteiro Gaspar Filho, Diretor da Transleite Santa Hedwiges Ltda.; e Acácio Romeu Figueiredo, Gerente de Barreiras Sanitárias da ADAB, além dos produtores rurais da região. O Presidente comunica o não-comparecimento dos Srs. Nei Soares Ferra e Paulo Roberto Correia dos Santos. Os convidados presentes, com a palavra, fazem suas exposições e, em seguida, respondem às perguntas feitas pelos Deputados Márcio Kangussu, Cristiano Canêdo, Paulo Piau, Dimas Rodrigues e João Batista de Oliveira. Os Deputados Luiz Tadeu Leite e Fábio Avelar também tecem considerações a respeito do assunto. Na fase de participação dos produtores, usaram da palavra os Srs. Rodrigo Alvim, José Brasileiro, Vitorino Alves Freitas, Paulo Batista, José Renato Batista, Elisio José Lopes das Neves, Murilo (funcionário da Nestlé), Waldecir Ferraz, Marclio Botelho e João Geraldo Leite. O Presidente esclarece que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação dos Srs. José Virgínio Gil de Freitas, Caio Jadsom Alves de Figueiredo, Iraci Dias de Lacerda, Osmário Monteiro Gaspar Filho, Acácio Romeu Figueiredo e demais produtores rurais da região, pelos subsídios prestados; agradece a colaboração das autoridades locais e a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2001.

João Batista de Oliveira, Presidente - Kemil Kumaira - Márcio Kangussu - Cristiano Canêdo - Paulo Piau - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 295ª reunião ordinária, a realizar-se em 17/10/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política do turismo no Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2001, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 14 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.213/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lagoa da Prata imóvel sob propriedade do Estado de Minas Gerais onde hoje funciona a Escola Estadual Dr. Jacinto Campos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.291/2000, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para expedição de segunda via de cédula de identidade e carteiro de habilitação das pessoas que comprovarem que foram vítimas de furto ou de roubo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.422/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 5 a 7, que apresenta ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Política Agropecuária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Política Agropecuária, e nºs 5 a 7, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 899/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.197/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização do Conselho de Industrialização - COIND. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.219/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre o serviço voluntário no Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.393/2001, do Governador do Estado, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza reversão de imóveis que descreve ao Município de Nova União e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.450/2001, da Deputada Maria José Hauelsen, que obriga a impressão de nome dos responsáveis civil e criminal em formulário emitido por fornecedor de produto ou serviço. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 69ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 17/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e Emendas nºs 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 521/99, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.698/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 1.712/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.737/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.741/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.748/2001, da Deputada Elaine Matozinhos.

Requerimento nº 2.625/2001, do Deputado Dimas Rodrigues.

Realização de debate sobre a implementação da política de educação infantil no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 64ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 17/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 640/99, do Deputado João Leite.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 825/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.279/2000, do Governador do Estado; 1.344/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.370/2001, do Deputado Pinduca Ferreira; 1.501/2001, do Deputado Mauro Lobo; 1.512/2001, do Deputado Chico Rafael; 1.570 e 1.610/2001, do Deputado Durval Ângelo; 1.621/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.710/2001, da Comissão de Comissão Especial das Taxas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.661/2001, da Deputada Elbe Brandão; 2.672/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 17/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Projeto de Lei nº 1.677/01, do Deputado Djalma Diniz.

Requerimentos nºs 2.662 e 2.663/2001, do Deputado Miguel Martini; 2.664/2001, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 70ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 18/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: realizar reunião com convidados para obter esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na emissão de guias de pagamento por serviços médicos e hospitalares prestados em Montes Claros, Nova Lima e outros municípios.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da COMissão Especial DO Programa DE Concessão de Rodovias, a realizar-se às 10 horas do dia 18/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a viabilidade do programa de concessão de rodovias federais em Minas Gerais, em especial a concessão da BR-459.

Convidados: Srs. Paulo Renato d'Arcadia, Reinaldo da Costa Ferreira, José Rodolfo dos Santos, José Francisco Marques Ribeiro, respectivamente, Prefeitos Municipais de Poços de Caldas, Senador José Bento, Ipuíuna e Itajubá; Renato Nunes, Presidente da Rota Tecnológica 459, e o Sr. João Ferrão, Presidente da ADISMIG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 17/10/2001, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política do turismo no Estado, e 50/2001, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 14 da Constituição do Estado de Minas Gerais; e dos Projetos de Lei nºs 1.213/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lagoa da Prata da Prata imóvel sob propriedade do Estado de Minas Gerais onde funciona hoje a Escola Estadual Dr. Jacinto Campos, 899/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências, 1.219/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre o serviço voluntário no Estado, 1.393/2001, do Governador do Estado, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75, 1.398/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza reversão de imóveis que descreve ao Município de Nova União e dá outras providências, e 1.450/2001, da Deputada Maria José Hauelsen, que obriga a impressão de nome dos responsáveis civil e criminal em formulário emitido por fornecedor de produto ou serviço; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de outubro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Silveira, Dimas Rodrigues, João Batista de Oliveira e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/10/2001, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/10/2001, às 8h30min, no anfiteatro da Universidade de Patos de Minas - UNIPAM -, com a finalidade de traçar um panorama da educação pública estadual e, especialmente, avaliar a atual situação do ensino e colher subsídios para um plano de carreira.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2001.

Paulo Piau, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.677/2001

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Djalma Diniz, o projeto de lei em tela possui como objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Seara - ACS -, com sede no Município de Várzea da Palma.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou a Emenda nº 1. Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva em turno único, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A citada Associação possui caráter educativo, assistencial e sociocultural.

Para alcançar seus objetivos principais, ela procura atingir as seguintes metas: promover, superintender e implementar atividades culturais e artísticas em Várzea da Palma e outros municípios com os quais mantenha intercâmbio; difundir, através dos veículos de comunicação disponíveis, todas as formas de cultura e arte populares, objetivando a instrução; dar atendimento ao menor carente e abandonado; promover cursos profissionalizantes; organizar corais, grupos de teatro e artes plásticas, incentivando e divulgando suas manifestações; promover movimentos em defesa do meio ambiente.

Tais atividades a tornam merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.677/2001 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2001.

Doutor Viana, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.712/2001

Relatório

Apresentado pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto de lei em análise propõe seja declarado de utilidade pública o Centro Educacional Profissionalizante da Pastoral da Criança e do Adolescente, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabendo a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Centro Educacional Profissionalizante da Pastoral da Criança e do Adolescente tem por finalidade a orientação socioeducativa, a formação humana, religiosa e moral, o atendimento a adolescentes de 15 a 18 anos através de cursos específicos de profissionalização, o desenvolvimento de atividades artísticas em complementação às atividades educativas.

No desenvolvimento de seu trabalho de orientação e apoio, pretende atingir, também, as famílias ou responsáveis pelas crianças e adolescentes.

O reconhecimento da instituição como sendo de utilidade pública reforçará, com certeza, as iniciativas por ela desenvolvidas.

Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.712/2001 na forma proposta.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.737/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Aliança Futebol Clube, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinado o projeto, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou a Emenda nº 1.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, compete a este colegiado apreciá-la conclusivamente, atendo-se aos limites estabelecidos no art. 102, VI, c/c o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Aliança Futebol Clube tem por objetivo proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, representada pelo futebol amador, podendo realizar, ainda, reuniões e eventos de caráter social e cultural.

Pela importância que possui o trabalho desenvolvido pela entidade, justo e meritório se faz o título que se lhe pretende outorgar.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.737/2001 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2001.

João Pinto Ribeiro, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.741/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei em tela é de autoria do Deputado Sebastião Navarro Vieira e tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Cultural Afro- Brasileiro Chico Rei S/C, com sede no Município de Poços de Caldas.

Tendo sido a proposição considerada jurídica, constitucional e legal pela Comissão de Constituição e Justiça - oportunidade em que lhe apresentou duas emendas -, vem a matéria agora ao presente órgão colegiado a fim de ser apreciada em caráter deliberativo, observados os arts. 103, I, "a" e 102, VI, "b", Regimento Interno.

Fundamentação

De conformidade com o art. 2º do próprio estatuto, o Centro Cultural Afro-Brasileiro Chico Rei S/C tem por meta principal a preservação dos valores culturais, sociais e políticos das memórias histórica e artística decorrentes da influência da população de origem africana que cooperam na formação da sociedade brasileira.

Para a consecução desse fim, o Centro promove estudos permanentes sobre os reflexos da interação da cultura africana com a de outras etnias que contribuíram também para o engrandecimento da Nação brasileira.

Como se vê, a entidade presta relevantes serviços à coletividade por estimular a integração da comunidade afro-brasileira nas atividades nacionais ligadas à política, à cultura e à arte. Em razão disso, entendemos oportuna a iniciativa da proposta de se lhe outorgar o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.741/2001 com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2001.

Antônio Carlos Andrada, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.748/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa da Deputada Elaine Matozinhos, o projeto de lei em questão tem por objetivo declarar de utilidade pública a Federação Mineira de Luta de Braço - FMLB -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinado o projeto, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe emendas.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, compete agora a este colegiado apreciá-la conclusivamente, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 102, VI, c/c o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Federação Mineira de Luta de Braço - FMLB - tem por escopo difundir, normatizar, incentivar, promover e coordenar a prática da luta de braço no Estado.

É importante frisar o desempenho dessa entidade, que, além de levar os atletas a competições em níveis nacional e internacional, afasta os jovens da violência e da criminalidade, socializando-os e educando-os para a convivência em grupo.

Tais iniciativas a fazem merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.748/2001 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/10/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.096, 2.112, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Eliane Aparecida Carneiro Moreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Juarez Gomes do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Eliane Aparecida Carneiro Moreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Juarez Gomes para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas.